



DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO

Extrato de Publicação, referente a matéria
matéria nº: 87728 de 01/02/2013
Edição Eletrônica nº 19507



Código de Verificação



Assinado de forma digital por FUNDO DE
MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS
OFICIAIS - 14284443000197

MAESA – Machadinho Energética S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 03.076.274/0001-52 – NIRE nº 42300024830

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório anual da Administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhado do parecer dos auditores independentes.

A Empresa

Machadinho Energética S.A. - MAESA, empresa de capital aberto, foi constituída em 4 de março de 1999 com o objetivo: (a) construir e manter a propriedade parcial da UHE Machadinho, podendo inclusive arrendá-la ou, de outra forma, dispor dos ativos do Empreendimento para fins de exploração desta pelas acionistas (com esse intuito, a Companhia poderá contratar o fornecimento de bens e serviços necessários para a construção do Empreendimento e obter os recursos e financiamentos necessários para a execução das obras da UHE Machadinho, inclusive com o fornecimento de garantias),

(b) prestar serviços de assistência técnica no campo de suas atividades, (c) participar em outras sociedades como sócia ou acionista, desde que essas sociedades estejam de alguma forma ligadas à construção e/ou exploração da UHE Machadinho ou para fins fiscais, conforme estabelecido na legislação aplicável, ou, ainda, como investimento temporário na administração de recursos financeiros da própria Companhia e (d) explorar a Usina Hidrelétrica de Machadinho - UHE Machadinho, com 1.140 MW de potência, localizada no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

As acionistas da MAESA compartilham a concessão da UHE Machadinho com a Tractebel Energia S.A., nova denominação de Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. - GERASUL, que compõem o Consórcio Machadinho.

A participação em 31 de dezembro de 2012 na MAESA, no Consórcio Machadinho e na Concessão está mostrada no quadro abaixo:

Acionistas da MAESA	Composição		Participação	Participação na
	Acionária da MAESA (%)		no Consórcio Machadinho (%)	Concessão (%)
Companhia Brasileira de Alumínio - CBA	112.600.312	33,1365	27,5232	27,5232
Alcoa Alumínio S.A.	105.318.029	30,9934	25,7431	25,7431
Tractebel Energia S.A.	9.591.806	2,8227	19,2845	19,2845
Valesul Alumínio S.A.	33.926.531	9,984	8,2927	8,2927
Votorantim Cimentos Brasil Ltda.	22.982.096	6,7633	5,6176	5,6176
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	22.624.633	6,658	5,5301	5,5301
Intercement Brasil S.A.	21.585.266	6,3522	5,2762	5,2762
DME Distribuição S.A. - DMED	11.179.622	3,2899	2,7326	2,7326
Total	339.808.295	100	100	100

A participação das acionistas da MAESA no Consórcio Machadinho garante às acionistas uma parcela da energia assegurada de 3.434 GWh por ano.

O capital acionário da MAESA, composto, em sua totalidade, por ações ordinárias, é compartilhado pela Companhia Brasileira de Alumínio - CBA, Alcoa Alumínio S.A., Tractebel Energia S.A., Valesul Alumínio S.A., Votorantim Cimentos Brasil Ltda. - VCB, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, Intercement Brasil S.A., DME Distribuição S.A. - DMED, e minoritários.

Desempenho do Ano de 2012

Receitas

As receitas da Companhia são compostas pelo arrendamento de seus ativos, conforme contrato celebrado com suas acionistas, e pelos rendimentos de aplicações financeiras, perfazendo uma receita no ano de 2012 de R\$ 142.800 mil. Os valores mensais do arrendamento, por acionista, foram aprovados conforme demonstrados abaixo:

Acionistas	Valor Arrendamento mensal mar/12 a fev/13
Alcoa Alumínio S.A.	4.339
Companhia Estadual de Ger. Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	932
Companhia Brasileira de Alumínio - CBA	4.639
DME Distribuição S.A. - DMED	461
Intercement Brasil S.A.	889
Valesul Alumínio S.A.	1.398
Votorantim Cimentos Brasil Ltda. - VCB	947
Tractebel Energia S.A.	395
Total	14.000

No ano de 2012, foram concedidos descontos mensais sobre o arrendamento, de acordo com o estabelecido nos contratos de arrendamento.

O arrendamento é repactuado anualmente, conforme previsto no contrato e vigorará, salvo se rescindido antecipadamente, até o integral cumprimento das obrigações da Companhia relativas às Debêntures e ao Empréstimo do BNDES.

Pagamento das Debêntures

Desde o início dos pagamentos de remuneração e amortização, a MAESA efetuou os pagamentos rigorosamente em dia, o montante de R\$ 684.949 mil, totalizando as 44 parcelas de remuneração e as 21 parcelas de amortização do principal, liquidando o saldo das debêntures.

Pagamento dos Financiamentos ao BNDES

Desde o início dos pagamentos de principal e juros, a MAESA efetuou os pagamentos rigorosamente em dia, de principal e juros, no montante de R\$ 900.777 mil, correspondente a 119 parcelas do total de 144 parcelas.

Resultado do Ano

O resultado bruto antes do resultado financeiro da Companhia foi positivo em R\$ 997.779 mil, devido à receita operacional bruta obtida com o arrendamento do ativo.

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 18.543 mil, devido aos encargos sobre os empréstimos e financiamentos.

Como resultado, a Companhia apresentou no ano de 2012 um lucro líquido contábil após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido de R\$ 51.618 mil.

Resultado Fiscal

Em 2012, a Companhia apresentou lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$ 77.674 mil, que considerados os efeitos das exclusões e adições no exercício resultou no lucro fiscal de R\$ 78.233 mil.

Ações Socioambientais

Em atendimento à Renovação da Licença de Operação nº 160/2001, de 27 de novembro de 2007, os acionistas da MAESA através do Consórcio Machadinho protocolaram no IBAMA-Brasília cinco Relatórios visando atender às condicionantes estabelecidas no documento supracitado. Em 28 de abril de 2011 o IBAMA emitiu a retificação da Licença de Operação (LO) nº 160/2001 da UHE Machadinho, mantendo a validade até 28 de novembro de 2013.

Como pontos relevantes realizados no ano destacam-se:

(i) Quitação de Condicionante da Licença de Operação referente ao único caso de pendência de Escritura; (ii) Quitação de Condicionante da Licença de Operação referente aos Convênios com a FATMA - Fundação de Amparo e Tecnologia de Meio Ambiente de Santa Catarina e FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler do Rio Grande do Sul, cujos termos de quitação já foram emitidos pelos referidos órgãos ambientais e (iii) Continuidade ao atendimento das Condicionantes Ambientais para a Recuperação das Áreas Degradadas da Obra e ao Programa de plantio da Área de Preservação Permanente - APP, tendo sido plantadas cerca de 27 mil mudas de espécies nativas e do Programa de Educação Ambiental.

Quanto ao relacionamento com as comunidades lindeiras e ações de sustentabilidade, por liberalidade dos empreendedores aos municípios lindeiros ao reservatório da Usina, foram aportados R\$ 1.639 mil, sendo R\$ 518 mil de incentivos fiscais (Lei Rouanet, Fundo da Infância e da Adolescência e Lei dos Esportes) destinados a 24 projetos realizados em parceria com os municípios e as comunidades, cuja contrapartida das entidades parceiras foi de R\$ 469 mil. Estes projetos foram desenvolvidos e selecionados levando-se em conta as reivindicações da comunidade e também por meio de um diagnóstico técnico, com ênfase nas áreas de saúde (ampliação/modernização de hospital), educação (ampliação/modernização de escolas), social (revitalização de centros comunitários e de assistência social) e cultural (cinema itinerante e grupos teatrais).

Agradecimentos

Aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores internos e externos, Órgãos Governamentais e às instituições financeiras, agradecemos o apoio e a confiança demonstrada ao longo deste exercício.

Florianópolis, 28 de janeiro de 2013.

A Administração

continua

MAESA – Machadinho Energética S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)**

Ativo	2012	2011	Passivo e patrimônio líquido	2012	2011
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	6.156	5.811	Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	118.817	56.045
Créditos diversos	8	14	Debêntures (Nota 11)	-	30.880
Total do ativo circulante	6.164	5.825	Contas a pagar	265	118
			Impostos a recolher	1.279	2.085
Não circulante			Dividendos	490	507
Imobilizado (Nota 9)	586.978	616.125	Outras obrigações	-	162
			Total do passivo circulante	120.851	89.797
			Passivo não circulante		
			Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	-	114.938
			Total do passivo não circulante	-	114.938
			Patrimônio líquido		
			Capital social (Nota 13)	343.756	339.808
			Reserva de lucros (Nota 13)	128.535	77.407
			Total do patrimônio líquido	472.291	417.215
Total do ativo	593.142	621.950	Total do passivo e do patrimônio líquido	593.142	621.950

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
			Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2010	339.808	1.486	23.054	-	364.348
Lucro líquido do exercício	-	-	-	53.374	53.374
Constituição de reserva legal	-	2.669	-	(2.669)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(507)	(507)
Constituição de reserva para retenção de lucros	-	-	50.198	(50.198)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	339.808	4.155	73.252	-	417.215
Lucro líquido do exercício	-	-	-	51.618	51.618
Constituição de reserva legal	-	2.581	-	(2.581)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.948	-	-	-	3.948
Dividendos propostos	-	-	-	(490)	(490)
Constituição de reserva para retenção de lucros	-	-	48.547	(48.547)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	343.756	6.736	121.799	-	472.291

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	2012	2011
Receita operacional líquida (Nota 14)	129.591	140.663
Custo dos arrendamentos (Nota 15)	(29.812)	(29.952)
Lucro bruto	99.779	110.711
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 15)	(3.559)	(2.717)
Total de despesas operacionais	(3.559)	(2.717)
Resultado do serviço	96.220	107.994
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	853	1.092
Despesas financeiras	(19.398)	(28.815)
Total do resultado financeiro (Nota 16)	(18.545)	(27.723)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	77.675	80.271
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente (Nota 17)	(26.057)	(26.897)
Lucro líquido do exercício	51.618	53.374
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ (Nota 18)	0,1519	0,1570

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	77.675	80.271
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	29.812	29.952
Baixas do ativo imobilizado	31	56
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	19.282	28.547
Variações em:		
(Aumento)/redução nos outros ativos	6	(9)
Aumento/(redução) em fornecedores	148	(198)
Aumento/(redução) em tributos a pagar	(806)	(376)
Aumento/(redução) em outros passivos	(162)	(616)
Caixa proveniente das operações	125.986	137.627
Juros pagos	(16.097)	(24.944)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(26.050)	(25.767)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	83.839	86.916
Aquisições de ativo imobilizado	(701)	(458)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(701)	(458)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(86.234)	(84.091)
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.948	-
Pagamento de dividendos	(507)	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(82.793)	(84.091)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	345	2.367
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5.811	3.444
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	6.156	5.811

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL**a. A Companhia**

A Machadinho Energética S.A. (“Companhia” ou “MAESA”) foi constituída em 4 de março de 1999 e sua sede está situada em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, Brasil.

A Companhia tem como objetivos: (a) construir e manter a propriedade da Usina Hidrelétrica de Machadinho (“UHE Machadinho” ou “Empreendimento”), podendo inclusive arrendá-la ou, de outra forma, dispor dos seus ativos para fins de exploração desta pelos acionistas; (b) prestar serviços de assistência técnica no campo de suas atividades; e (c) participar em outras sociedades ligadas à construção e/ou exploração da UHE Machadinho.

A construção da UHE Machadinho faz parte da estratégia de negócios dos acionistas da Companhia, considerando que estes são distribuidores de energia elétrica ou têm a energia como um dos insumos essenciais à sua produção.

O Empreendimento tem potência instalada de 1.140 MW, tendo entrado em sua fase operacional durante o ano de 2002.

Os acionistas da Companhia têm o direito de receber o fornecimento garantido de 3.434 GWh por ano, enquanto a Tractebel Energia S.A. (“Tractebel”), também acionista da Companhia, tem direito à energia gerada pelo Empreendimento que exceder o volume de energia supracitado.

Os acionistas da Companhia, e não a Companhia em si, detêm os direitos de utilização da energia gerada, cabendo a esta somente arrendar o seu ativo imobilizado do Empreendimento aos acionistas.

Os recursos necessários para a construção da UHE Machadinho foram obtidos através de uma estrutura de “Project Finance”, envolvendo aporte de capital e captação nos mercados financeiros e de capitais.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria, em 28 de janeiro de 2013.

b. Contrato de concessão

O projeto de construção da UHE Machadinho deriva de uma concessão compartilhada pelas oito empresas acionistas da Companhia (consorciadas).

O contrato de concessão, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi assinado em 15 de julho de 1997 e vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir dessa data. As consorciadas poderão requerer a prorrogação do prazo da concessão, desde que o façam, através da Tractebel, líder do Consórcio Machadinho até 36 (trinta e seis) meses antes do término do prazo fixado de 35 anos, devendo o poder concedente manifestar-se sobre o requerido até 18 (dezoito) meses antes desse termo final.

Decorrido o prazo de vigência da concessão e de sua eventual prorrogação, os bens e instalações vinculados à concessão de serviço público reverterão à União, garantida às respectivas concessionárias consorciadas a indenização devida, na forma da legislação pertinente.

c. Consórcio Machadinho

Em 15 de janeiro de 1997, os acionistas fundadores da Companhia e a Tractebel constituíram o Consórcio Machadinho, com o objetivo de explorar o potencial energético da UHE Machadinho.

As atividades de administração, planejamento e engenharia estão a cargo do Consórcio Machadinho, enquanto a execução e o controle da operação e da manutenção da UHE Machadinho estão a cargo da Tractebel.

d. Acordo de acionistas, contrato de arrendamento e memorando de entendimento

No acordo de acionistas, datado de 4 de março de 1999, ficou determinado que, após o cumprimento integral do objeto social da Companhia, com a liquidação de todas as obrigações e financiamentos contraídos para a construção da UHE Machadinho, a Companhia poderá ser extinta, e os seus ativos transferidos aos acionistas. Os acionistas, então, como contra parte do contrato de concessão transferirão os ativos para o poder concedente ao final do contrato de concessão.

Em conexão com o modelo de financiamento dos investimentos na UHE Machadinho, foram celebrados, em 1º de fevereiro de 2001 (CBA, Alcoa, Valesul, VCB, CEEE-GT, Intercement e DMED) e em 6 de setembro de 2007 (Tractebel), Contratos de Arrendamento entre a Companhia e seus acionistas, em que estes se comprometem a pagar à Companhia, proporcionalmente à participação no seu capital, o montante necessário e suficiente para cobrir toda e qualquer despesa operacional da Companhia, como também despesas de juros e amortização de principal de operações de financiamento que venha a realizar.

Os contratos de arrendamento supra mencionados vigorarão até a liquidação das obrigações financeiras da Companhia.

Foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração de 28 de fevereiro de 2012, o encaminhamento para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/AGE) que se realizou em 28 de abril de 2012 e aprovou o valor anual do arrendamento de R\$ 168.000, com vigência de 1º de março de 2012 a 28 de fevereiro de 2013, no montante máximo de R\$ 14.000 mensais.

e. Cancelamento de registro de companhia aberta e extinção da entidade

Em 6 de dezembro de 2012, a Companhia solicitou o cancelamento de registro para negociação, Categoria “B”, junto a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), o que foi aprovado por essa autarquia em 13 de dezembro de 2012.

Subsequentemente, em 21 de dezembro de 2012, os acionistas da Companhia celebraram Memorando de Entendimentos visando: (i) autorizar a liquidação antecipada do saldo devedor dos contratos de empréstimos e financiamentos com o BNDES (a qual foi autorizada mediante

a carta AIE/DEENE nº 456/2012, de 24 de outubro de 2012) e (ii) a extinção da sociedade, com a subsequente cisão total de seu patrimônio e transferência e incorporação ao patrimônio de seus acionistas na proporção de sua participação no capital da Companhia. Na mesma data, a Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas aprovou o aumento de capital no valor total de R\$ 120.000, com a finalidade de viabilizar a referida liquidação antecipada do saldo devedor dos contratos BNDES. Dessa forma, em 26 de dezembro de 2012, a DME Distribuição S.A. - DMED, aportou o valor de R\$ 3.948, a título de adiantamento para futuro aumento de capital e nos dias 3, 7 e 8 de janeiro de 2013, os demais acionistas procederam ao aporte de capital no montante remanescente.

A partir do referido Memorando de Entendimento, os acionistas aprovaram em 28 de dezembro de 2012, o Protocolo e Justificação de Cisão Total da Companhia, mediante o qual foram estabelecidos os percentuais para divisão do patrimônio a ser cindido com data base de 16 de janeiro de 2013, a ser apurado com base em laudo de avaliação a ser preparado por empresa especializada.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Em decorrência do que foi discutido na Nota 1(e), essas demonstrações financeiras não consideram quaisquer ajustes nos valores correntes dos ativos, uma vez que esses serão os valores pelos quais serão incorporados aos patrimônios dos acionistas por ocasião da cisão patrimonial e extinção da sociedade.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da cisão mencionada em 1(e) acima que ocorrerá a valor de livros mediante a qual o ativo imobilizado da Companhia, no montante de R\$ 586.978 em 31 de dezembro de 2012, será vertido às empresas consorciadas, na proporção de sua participação no capital da Companhia, onde permanecerão em operação uma vez que os negócios ora operados pela Companhia terão continuidade no contexto das operações dos seus acionistas.

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

a. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigendo a partir de 2012 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2. Conversão de moeda estrangeira**a. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado na demonstração dos fluxos de caixa.

2.4. Ativos financeiros**2.4.1. Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “Caixa e equivalentes de caixa” (Nota 2.3).

2.4.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4.3. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia não identificou nenhum ativo financeiro para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

2.5. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

2.6. Imobilizado**a. Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

b. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Quase a totalidade do ativo imobilizado da Companhia é diretamente relacionado a atividade de geração de energia sob regime de concessão (Nota 1.b). Por essa razão, as taxas de depreciação adotadas pela Companhia são correspondentes à menor taxa calculada entre o período compreendido entre a entrada em operação da concessão (2002) e o encerramento do prazo de concessão em 2032 (sem considerar a possibilidade de prorrogação da concessão conforme mencionado na Nota 1.b) e a estimativa de vida útil dos ativos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação ao período de depreciação de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os prazos utilizados para a depreciação do ativo imobilizado (o menor entre o prazo da concessão e a vida útil) são as seguintes:

Usina

Reservatórios, Barragens e Adutoras	30 anos
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias	25 a 30 anos
Máquinas e Equipamentos - Usina	12 a 30 anos
Móveis e Utensílios	10 anos

STC Subestação

Máquinas e Equipamentos	22 a 30 anos
-------------------------	--------------

Administração

Máquinas e Equipamentos	10 anos
Móveis e Utensílios	10 anos

2.7. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não

ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

A Companhia não identificou nenhum ativo não financeiro para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

2.8. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.9. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação usando uma taxa de juros antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado e o cargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.12. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.13. Reconhecimento da receita - arrendamento do ativo imobilizado

A receita compreende o valor anual do arrendamento de R\$ 168.000, com vigência de 1º de março de 2012 a 28 de fevereiro de 2013, no montante máximo de R\$ 14.000 mensais. A definição do valor está prevista no contrato de arrendamento dos acionistas, o qual menciona que o aluguel será repactuado anualmente, ou em menor periodicidade admitida por lei, conforme venha a ser acordado entre as partes, com base na necessidade de caixa da arrendadora para satisfação de todas as suas obrigações, em especial as relativas às Debêntures e ao Empréstimo.

Cabe ressaltar que nos contratos de arrendamento está previsto que a MAESA pode conceder descontos incondicionais mensais variáveis sobre os valores de arrendamento mensal, correspondentes à diferença entre o aluguel e a necessidade de caixa da arrendadora.

2.14. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras e variação cambial. As despesas financeiras correspondem, principalmente, a juros sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e variação cambial.

2.15. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.1.1. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

Quase a totalidade do ativo imobilizado da Companhia é diretamente relacionado a atividade de geração de energia sob regime de concessão (Nota 1.b). Por essa razão, as taxas de depreciação adotadas pela Companhia são correspondentes à menor taxa calculada entre o período compreendido entre a entrada em operação da concessão (2002) e o encerramento do prazo de concessão em 2032 (sem considerar a possibilidade de prorrogação da concessão conforme mencionado na Nota 1.b) e a estimativa de vida útil dos ativos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação ao período de depreciação de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e os impactos.

4.1. Fatores de risco financeiro

a. Risco de mercado

(i) Risco cambial

Conforme descrito na Nota 10 a Companhia contratou dívidas decorrentes do Subcrédito A e Crédito suplementar, cujo saldo devedor é atualizado mensalmente pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre os recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira incluindo o dólar norte-americano. Sobre estas operações não foram contratadas operações de “hedge” (proteção), em razão da Administração não esperar flutuações cambiais significativas.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do CDI e os contratos de financiamentos existentes são de longo prazo contratados com órgão de desenvolvimento (BNDES), com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas pelo BNDES. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Instrumentos de taxa variável		
Caixa e equivalentes de caixa	6.156	5.811
Financiamentos	118.817	170.983
Debêntures	-	30.880

b. Risco de crédito

Conforme Nota 8, a Companhia não espera perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas. Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Caixa e equivalentes de caixa	6.156	5.811
	<u>6.156</u>	<u>5.811</u>

A Companhia não possui risco de crédito por região geográfica, pois todos os seus clientes estão localizados no Brasil. Também não possui risco de crédito por tipo de contra parte, pois os principais clientes são acionistas. As aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 53.210 (R\$ 83.844 em 31 de dezembro de 2011). Os recursos necessários ao pagamento dos compromissos financeiros e de todas as suas despesas operacionais são obtidos exclusivamente mediante arrendamento dos ativos da Companhia aos seus acionistas.

A seguir, estão apresentados os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	<u>Valor contábil</u>	<u>6 meses ou menos</u>	<u>6 a 12 meses</u>	<u>1 a 2 anos</u>
Passivos financeiros não derivativos				
Empréstimos e financiamentos	118.817	28.670	28.670	61.477
	<u>118.817</u>	<u>28.670</u>	<u>28.670</u>	<u>61.477</u>

d. Análise de sensibilidade

	<u>Passivo</u>				
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>Risco</u>	<u>-25% (*)</u>	<u>-50% (*)</u>
Empréstimos e financiamentos					
TJLP	74.967	111.161	Sem alteração	(937)	(1.874)
US\$	<u>20.286</u>	<u>27.218</u>	Alta do US\$	(5.071)	(10.143)
Debêntures					
CDI	-	30.880	Alta do CDI	(563)	(1.126)
UBP					
IGPM	<u>23.565</u>	<u>32.604</u>	Alta do IGPM	(429)	(859)

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Total dos empréstimos e financiamentos e debêntures (Notas 10 e 11)	118.817	201.863
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(6.156)</u>	<u>(5.811)</u>
Dívida líquida	112.661	196.052
Total do patrimônio líquido	<u>472.290</u>	<u>417.215</u>
Total do capital	<u>584.951</u>	<u>613.267</u>
Índice de alavancagem financeira - %	19%	32%

A redução do índice de alavancagem financeira em 2012 foi decorrente, principalmente da liquidação de seus empréstimos e financiamentos.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativos, conforme o balanço patrimonial	6.156	5.811
Caixa e equivalentes de caixa	-	-
	<u>6.156</u>	<u>5.811</u>

MAESA – Machadinho Energética S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Outros passivos financeiros	
	31/12/2012	31/12/2011
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	118.817	170.983
Debêntures	-	30.880
Fornecedores e outras obrigações	2.034	2.872
	<u>120.851</u>	<u>204.605</u>

6. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada periodicamente. Os saldos entre partes relacionadas representam um risco de crédito irrelevante, e as instituições financeiras em que a Companhia realiza transações são de primeira linha. Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Caixa e equivalentes de caixa	<u>6.156</u>	<u>5.811</u>
	<u>6.156</u>	<u>5.811</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas a taxas que variam de 100,15% a 101,80% do Certificado de Depósito Interbancário - CDIs. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Essas aplicações financeiras estão compostas como demonstrado a seguir:

9. IMOBILIZADO

	Reservatórios, barragens e adutoras		Máquinas e equipamentos		Edificações, obras civis e benfeitorias		Máquinas e equipamentos - Subestação		Outros		Total
	Terrenos	adutoras	UHE	benfeitorias	Subestação	Outros	em curso	em curso			
Saldo em 31 de dezembro de 2010	19.869	261.825	245.146	60.617	56.831	256	1.130	645.674			
Adições	-	-	-	-	-	-	458	458			
Baixas	-	-	(56)	-	-	-	-	(56)			
Transferências	-	-	1.434	-	-	3	(1.437)	-			
Depreciação no período	-	(12.208)	(12.059)	(2.939)	(2.685)	(60)	-	(29.951)			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>19.869</u>	<u>249.617</u>	<u>234.465</u>	<u>57.678</u>	<u>54.146</u>	<u>199</u>	<u>151</u>	<u>616.125</u>			
Adições	-	-	-	-	-	-	701	701			
Baixas	-	-	(28)	-	-	(3)	-	(31)			
Transferências	-	-	432	-	-	-	(437)	(5)			
Depreciação no período	-	(12.208)	(11.874)	(2.972)	(2.694)	(64)	-	(29.812)			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>19.869</u>	<u>237.409</u>	<u>222.995</u>	<u>54.706</u>	<u>51.452</u>	<u>132</u>	<u>415</u>	<u>586.978</u>			
Em 31 de dezembro de 2012											
Custo	19.869	368.450	349.696	86.094	80.294	659	415	905.477			
Depreciação acumulada	-	(131.041)	(126.701)	(31.388)	(28.842)	(527)	-	(318.499)			
Saldo contábil, líquido	<u>19.869</u>	<u>237.409</u>	<u>222.995</u>	<u>54.706</u>	<u>51.452</u>	<u>132</u>	<u>415</u>	<u>586.978</u>			

Em 31 de dezembro de 2012, não existem bens do ativo imobilizado dados em garantia de obrigações.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado foram capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

BNDES	Taxa média de encargos financeiros - %	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
		de 2012	de 2011
Subcrédito A	Cesta de moedas (BNDES) + 3,5% a.a.	6.741	9.045
Subcrédito B	TJLP + 3,5% a.a.	74.967	111.161
Subcrédito C	IGP-M + 12% a.a.	23.565	32.604
Crédito suplementar	Cesta de moedas (BNDES) + 5,0% a.a.	<u>13.544</u>	<u>18.173</u>
Total		<u>118.817</u>	<u>170.983</u>
Circulante		118.817	56.045
Não Circulante		-	114.938

Até 31 de dezembro de 2012 ocorreram pagamentos, rigorosamente em dia, de principal e juros, no montante acumulado de R\$ 900.777 correspondentes a 119 parcelas do total de 144 parcelas do financiamento cujo vencimento original era em 15 de janeiro de 2015.

Os financiamentos estão garantidos por meio de fiança corporativa da Alcoa Alumínio S.A., Hejoassu Administração Ltda., Camargo Corrêa S.A. e Valesul Alumínio S.A.

Com base nos contratos de empréstimos e financiamentos, não há exigências de cumprimentos de índices ou de outros elementos ("covenants") que, na eventualidade de não serem cumpridos, implicassem no vencimento antecipado das dívidas.

Conforme descrito nas Notas 1 (d) e 20, a Companhia, em 14 de janeiro de 2013, efetuou a liquidação antecipada do saldo devedor dos contratos BNDES.

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Receitas com partes relacionadas

Empresa	Receita de arrendamento		Receita de aplicação financeira	Receita de aplicação financeira
	31/12/2012	31/12/2011		
Alcoa Alumínio S.A.	44.259	48.040	-	-
Banco Votorantim S.A.	-	-	1.664	331
Companhia Brasileira de Alumínio - CBA	47.319	51.362	-	-
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	9.507	10.320	-	-
DME Distribuição S.A. - DMED	4.698	5.099	-	-
Intercement Brasil S.A.	9.071	9.846	-	-
Tractebel Energia S.A.	4.031	4.375	-	-
Valesul Alumínio S.A.	14.257	15.475	-	-
Votorantim Cimentos Brasil Ltda. - VCB	9.658	10.483	-	-
	<u>142.800</u>	<u>155.000</u>	<u>1.664</u>	<u>331</u>

b. Remuneração da Administração

A Assembleia Geral Ordinária aprovou em 18 de abril de 2012, a remuneração global da administração em R\$ 671 (em 2011 - R\$ 486).

11. DEBÊNTURES

A Companhia possuía em circulação debêntures não conversíveis em ações conforme segue:

Emissão	Emitida	Colocada	Forma	Remuneração	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
					Parcelas de curto prazo	Parcelas de curto prazo
Primeira	32.000	32.000	Pública	DI + 0,43% a.a.	-	30.880

As debêntures têm as seguintes características:

Série	Única
Data de emissão	1º de dezembro de 2000
Data de vencimento	1º de dezembro de 2012
Amortização do principal	Pagamento em 21 parcelas semestrais a partir do terceiro ano contado da data de emissão
Pagamento de juros	Pagamento em 44 parcelas trimestrais a partir de março de 2002
Garantia	Fiança corporativa da Alcoa Alumínio S.A., Hejoassu Ltda., Camargo Corrêa S.A., Valesul Alumínio S.A. e Tractebel Energia S.A. Administração

Em 1º de dezembro de 2004, ocorreu a repactuação das debêntures, tendo os debenturistas exercido o Direito de Venda contra o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de 28.136 das 32.000 debêntures colocadas no mercado pela MAESA, mantendo-se as mesmas condições anteriormente pactuadas.

Em 1º de dezembro de 2008, ocorreu a segunda repactuação das debêntures, tendo os debenturistas exercido o Direito de Venda contra o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de 3.864 das 32.000 que passa a considerar como data de

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

eventual resgate antecipado facultativo a partir de 1º de dezembro de 2009, mantendo-se as mesmas condições anteriormente pactuadas.

Até 31 de dezembro 2012, ocorreram pagamentos, rigorosamente em dia, de principal e juros, no montante acumulado de R\$ 684.949, totalizando as 44 parcelas de remuneração e as 21 parcelas de amortização do principal, liquidando o saldo das debêntures.

Com base no Prospecto das Debêntures, não havia exigências de cumprimentos de índices ou de outros elementos (“covenants”) que, na eventualidade de não serem cumpridos, implicassem no vencimento antecipado da dívida.

12. CONTINGÊNCIAS

Em dezembro de 2012 e 2011 não há perdas prováveis que requer a provisão no balanço.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço estão demonstradas abaixo.

A Companhia tem ações de naturezas cíveis envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Ações cíveis (*)	<u>2.000</u>	<u>2.542</u>
	<u>2.000</u>	<u>2.542</u>

(*) Referem-se, principalmente, a ações indenizatórias por conta de áreas supostamente atingidas pelo reservatório e ações por danos ambientais diversos, as quais a Administração da Companhia e seus consultores legais entendem que a probabilidade de perda é possível.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social é de R\$ 339.808, totalmente subscrito e integralizado, representado por ações ordinárias e nominativas, e sua composição é como segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>% Capital</u>
Alcoa Alumínio S.A.	105.318.029	30,9934
Companhia Brasileira de Alumínio - CBA	112.600.312	33,1365
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	22.624.633	6,6580
DME Distribuição S.A. - DMED	11.179.622	3,2899
Intercement Brasil S.A. (*)	21.585.266	6,3522
Tractebel Energia S.A.	9.591.806	2,8227
Valesul Alumínio S.A.	33.926.531	9,9840
Votorantim Cimentos Brasil Ltda. - VCB	<u>22.982.096</u>	<u>6,7633</u>
	<u>339.808.295</u>	<u>100,0000</u>

(*) Em 30 de abril de 2011, a Camargo Correa Cimentos S.A. - CCC, através de Ata de Assembleia Geral, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 17/05/2011, sob o nº 186.809/11-6, alterou a denominação social para “Intercement Brasil S.A.”, permanecendo inalterados os demais dados cadastrais.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída para fazer face as obrigações decorrentes das operações de empréstimos e financiamentos que são aprovadas em Assembleia Geral Ordinária.

d. Dividendos propostos

Os dividendos não foram provisionados segundo a Lei que estabelece o mínimo de 25%, mas sim de acordo com a previsão contida no Estatuto Social da Companhia.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	51.618	53.374
Constituição da reserva legal (5%)	2.581	2.669
Base de cálculo dos dividendos	<u>49.037</u>	<u>50.705</u>
Dividendo mínimo (1%)	<u>490</u>	<u>507</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	<u>0,94%</u>	<u>0,94%</u>

Os dividendos provisionados em 2012 e 2011 foram de R\$ 490 e R\$ 507 respectivamente, sendo pagos no exercício de 2012 apenas o montante provisionado em 2011 (R\$ 507). Estas demonstrações financeiras refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia, de 1% do lucro líquido ajustado da Controladora. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada pelos acionistas.

14. RECEITA OPERACIONAL

	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Receita bruta	142.800	155.000
Impostos sobre vendas (PIS e COFINS)	<u>(13.209)</u>	<u>(14.337)</u>
Receita operacional líquida	<u>129.591</u>	<u>140.663</u>

15. DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Depreciação e amortização	(29.812)	(29.952)
Serviços de terceiros	(718)	(669)
Honorários da Administração	(790)	(560)
Doações	(529)	(648)
Outras	<u>(1.522)</u>	<u>(840)</u>
Subtotal	<u>(33.371)</u>	<u>(32.669)</u>
Classificadas como:		
Custos dos arrendamentos	(29.812)	(29.952)
Despesas gerais e administrativas	<u>(3.559)</u>	<u>(2.717)</u>
Total	<u>(33.371)</u>	<u>(32.669)</u>

16. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(17.427)	(22.780)
Juros sobre debêntures	(1.855)	(5.867)
Outras	(116)	(168)
Subtotal	<u>(19.398)</u>	<u>(28.815)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	717	1.033
Outras receitas	136	59
Subtotal	<u>853</u>	<u>1.092</u>
Total do resultado financeiro, líquido	<u>(18.545)</u>	<u>(27.723)</u>

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A seguir está apresentada a reconciliação dos tributos e contribuições sociais no resultado.

	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	77.674	80.271
Adições (exclusões), líquidas	559	648
Resultado após (adições) exclusões, líquido	<u>78.233</u>	<u>80.919</u>
Compensação prejuízo fiscal e base negativa CSLL 2008 (30%)		<u>(2.297)</u>
Resultado após compensação prejuízo fiscal	<u>78.233</u>	<u>78.622</u>
Compensação crédito fiscal		(781)
Despesa efetiva de impostos (34%)	(26.575)	(26.707)
Doações	518	591
Efeito dos impostos no resultado	<u>(26.057)</u>	<u>(26.897)</u>

18. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia no período de 31 de dezembro de 2012 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação, comparativamente com o mesmo período de 2011 conforme quadro abaixo:

	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	51.618	53.374
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	<u>339.808</u>	<u>339.808</u>
Resultado básico por ação em R\$	<u>0,1519</u>	<u>0,1570</u>

Não há itens que traduzam efeitos de diluição, consequentemente o lucro diluído é igual ao lucro básico por ação.

MAESA – Machadinho Energética S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. COBERTURAS DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2012 a cobertura de seguros era composta como demonstrado a seguir:

Riscos	Data de vigência	Importância segurada	Prêmio
Risco operacional - Usina/Linha de Transmissão	31/05/2012 a 31/05/2013	1.367.836	1.226
Responsabilidade civil - Usina	29/11/2012 a 29/11/2013	90.000	69

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em decorrência dos atos descritos na nota 1 (e), nos dias 3, 7 e 8 de janeiro de 2013, a Companhia recebeu aportes de capital nos montantes de R\$ 47.880 e R\$ 68.172, respectivamente, com vistas à liquidação do saldo devedor de seus empréstimos e financiamentos que totalizavam R\$ 118.035 nessa mesma data.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas

MAESA - Machadinho Energética S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da MAESA - Machadinho Energética S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**OTÁVIO CARNEIRO DE REZENDE**

Presidente

RICARDO DE BARROS MORAES SAYÃO

Vice-Presidente

OTÁVIO FREITAS FERREIRA

Conselheiro

DIRETORIA**CARLOS ALBERTO BEZERRA DE MIRANDA**

Diretor-Superintendente e de Relações com Investidores

CESAR AUGUSTO CONSERVANI

Diretor

CONTADOR

MAURO SÉRGIO GASPAR – Contador – CRC – 120914 S/SC

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAESA - Machadinho Energética S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos atenção para a Nota 8 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações, uma vez que a receita de arrendamento do ativo imobilizado é integralmente auferida com os acionistas da Companhia (Notas 1(a) e 2.13). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Conforme mencionado na Nota 1 (e), em 21 de dezembro de 2012, os acionistas da MAESA - Machadinho Energética S.A. ("Maesa") deliberaram pela liquidação de seus empréstimos e financiamentos e a posterior cisão total do patrimônio líquido a valor contábil, para incorporação a seus acionistas, com a subsequente extinção da sociedade. Nesse sentido, os ativos e passivos cindidos serão transferidos e incorporados ao patrimônio dos acionistas na proporção de suas participações no capital da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos**Auditoria das cifras do ano anterior**

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 25 de janeiro de 2012, sem ressalvas.

Florianópolis, 28 de janeiro de 2013.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" SC

Fábio Abreu de Paula
Contador CRC 1MG075204/O-0 "S" SC